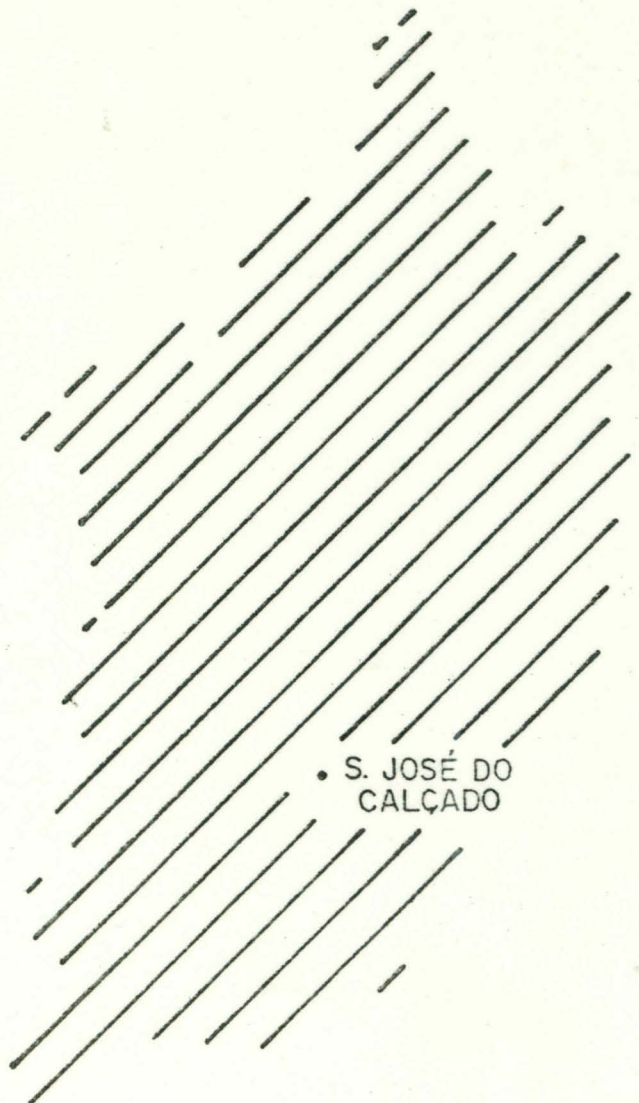


IJ00279/47

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Coordenação Estadual do Planejamento
Grupo Executivo de Recuperação Econômica do Espírito Santo



RELATÓRIO MUNICIPAL

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL INTEGRADO

IJ00279/47
6430/1984
EX:1

MUNICÍPIO DE SANTOS NEVES

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Coordenação Estadual do Planejamento
Grupo Executivo de Recuperação Econômica do Espírito Santo

**S. JOSÉ DO
CALÇADO**

RELATÓRIO MUNICIPAL
PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL INTEGRADO

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES

47

BIBLIOTECA

1700279

352.002/3 2
3 59 2
6430/84
-01.01

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES
1971

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
COORDENAÇÃO ESTADUAL DO PLANEJAMENTO
GRUPO EXECUTIVO DE RECUPERAÇÃO ECONÔMICA DO ESPÍRITO SANTO
INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES

RELATÓRIO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CALÇADO

JULHO/83

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES
BIBLIOTECA

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Gerson Camata

COORDENAÇÃO ESTADUAL DO PLANEJAMENTO

Orlando Caliman

GRUPO EXECUTIVO DE RECUPERAÇÃO ECONÔMICA DO
ESPÍRITO SANTO

José Teófilo de Oliveira

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES

Manoel Rodrigues Martins Filho - Diretor Superintendente

Vera Maria Simoni Nacif - Coordenadora Técnica

EQUIPE TÉCNICA

COORDENAÇÃO

Isabel Peres dos Santos

PESQUISA DE CAMPO

Renato de Castro Gama

Heloisa Lima Herkenhoff

Roberto Garcia Simões

ELABORAÇÃO

Renato de Castro Gama

ORGANIZAÇÃO

Ronaldo José de Menezes Vincenzi

ÍNDICE	PÁGINA
1. ASPECTOS METODOLÓGICOS	4
2. DEFINIÇÃO DOS SETORES DE PRODUÇÃO	6
2.1. OBSERVAÇÕES GERAIS	6
2.2. OBSERVAÇÕES ESPECÍFICAS	6
3. CONDIÇÕES GERAIS DA PRODUÇÃO	9
3.1. CONDIÇÕES NATURAIS	9
3.2. CONDIÇÕES CRIADAS	15
4. ESTRUTURA AGRÁRIA	17
4.1. ESTRUTURA FUNDIÁRIA	17
4.2. RELAÇÕES DE TRABALHO	21
4.3. ESTRUTURA AGRÁRIA POR CULTURA	24
5. COMERCIALIZAÇÃO	27
5.1. BOVINOCULTURA	27
5.2. CAFÉ	27
5.3. MILHO/ARROZ	28
5.4. FEIJÃO	28
6. INTERVENÇÃO DO ESTADO NA PRODUÇÃO E NA COMERCIALIZAÇÃO ...	29
7. POPULAÇÃO E SITUAÇÃO SOCIAL	31
7.1. SINDICATOS	31
7.2. COOPERATIVAS	31
7.3. PAPEL DA IGREJA E OUTRAS LIDERANÇAS LOCAIS	31
7.4. RECLAMOS SOCIAIS	32
7.5. POPULAÇÃO	32
8. SETORES CENSITÁRIOS	34

O Relatório Municipal é um breve diagnóstico sócio-econômico da realidade de cada município, a partir das atividades agropecuárias desenvolvidas nestes espaços geo-econômicos. Assim sendo, foram definidos os seguintes eixos, sobre os quais se centrou tal estudo:

- . *Processo Produtivo* - estuda as relações do homem com a natureza, estrutura fundiária, relações de trabalho e uso do solo.
- . *Realização da Produção* - assenta-se no estudo das diversas fases da comercialização, características do mercado, bem como da subordinação da produção (monopsônios, oligopsônios) e os obstáculos à realização da mesma.
- . *Situação Social* - o estudo é dirigido às organizações sociais, enfatizando-se as organizações da classe patronal e da classe trabalhadora que se dão através dos sindicatos, igrejas e da atuação das cooperativas (isto é, naqueles municípios em que a cooperativa tem papel mais significativo).
- . *Intervenção do Estado* - intervenção esta que se dá no âmbito da produção e da comercialização, através do crédito, do AGF (Aquisição pelo Governo Federal), do EGF (Empréstimo do Governo Federal), e demais políticas e programas setoriais.

Para a análise do município, apoiada nos eixos citados anteriormente, foram utilizadas as seguintes informações:

- 1) Dados secundários do IBGE, 1980 - foram utilizados dados referentes aos setores censitários, que depois de organizados devidamente, contribuíram para a elaboração de mapas de estrutura fundiária (número e área) e densidade demográfica.

2) Pesquisa de Campo - foram efetuadas consultas aos seguintes órgãos:

- . Emater (Escritório Local)
- . Sindicato Rural Patronal
- . Sindicato dos Trabalhadores Rurais
- . Cooperativas
- . Igrejas

Para esse estudo, e em decorrência dos contatos com os órgãos descritos acima, o município teve seu território dividido em áreas, de acordo com a distribuição espacial das culturas, denominadas *Setores de Produção*. Por exemplo, a área que produz café, milho, feijão e arroz foi chamada de Setor de Produção 1; a área cujas atividades predominantes são a pecuária e a mandioca, foi chamada de Setor de Produção 2 e assim por diante. Além desta divisão, as culturas foram, dentro de cada setor, classificadas de acordo (principalmente) com a geração de renda. Neste caso, em ordem decrescente de importância, as culturas se classificam em:

- . Principal (P)
- . Secundária (S)
- . Subsistência (SB)
- . Embrionária (E)
- . Potencial (PT)

A razão da existência dos Relatórios Municipais, a priori, seria a de dar subsídios à realização dos PDRI's - Programas de Desenvolvimento Regional Integrado, através de informações devidamente sistematizadas. Os PDRI's são diagnósticos elaborados para cada uma das cinco Regiões-Programas em que o Espírito Santo está oficialmente dividido.

Na redação do Relatório Municipal foi utilizada uma série de termos, frutos de longa discussão e elaboração metodológicas. Outros foram incorporados, na medida em que se necessitava da explicitação de uma realidade ampla e complexa. Esta terminologia será aqui decodificada para uma melhor compreensão destes diagnósticos:

- . *Setor de Produção* - divisão espacial do município de acordo com uma determinada cultura hegemônica (ex.: cana) ou um conjunto de culturas

existentes. Cada setor seria, a princípio, caracterizado pelas principais culturas que se desenvolvem em seu interior.

. *Bolsão* - entende-se por *Bolsão*, a delimitação geo-econômica de alguma cultura ou grupo de culturas combinadas que sobrevivem no interior do *Setor de Produção*.

. *Setor Censitário* - é uma divisão espacial feita pelo IBGE para recenseamentos. Compreende uma fração do território municipal passível de ser coberta por um só recenseador (em média 250 domicílios). Esta divisão é denominada *Malha Censitária* e é ajustada a casa censo.

. *Complexo* - É um espaço geo-econômico, pertencente a uma *Região-Programa*¹ que pode ou não ultrapassar os limites municipais ou dos *Setores de Produção*. *A noção de Complexo se define por uma particular articulação de culturas e relações de produção, imprimindo uma determinação dinâmica à produção de cada espaço rural específico*². Assim sendo, o nome do Complexo é dado pelas principais (ou principal) culturas na geração da renda deste espaço. Por exemplo, a área em que o café é o responsável pela maior parte da renda gerada seria denominada Complexo - Café; no caso da pecuária e a mandioca juntos, Complexo - Pecuária/mandioca; assim por diante.

. *Região-Programa* - O Espírito Santo foi dividido oficialmente em cinco *Regiões-Programas* para fins de planejamento:

- . Região-Programa I - Vitória
- . Região-Programa II - Colatina
- . Região-Programa III - Nova Venécia
- . Região-Programa IV - Linhares
- . Região-Programa V - Cachoeiro de Itapemirim

¹0 conceito de Região-Programa será dado a seguir.

²Transcrito do item Aspectos Metodológicos do PPRE - *Região Programa II - Colatina*.

*Condições do Produtor*³

- 1) Proprietário - quando as terras do estabelecimento, no todo ou em parte, fossem de sua propriedade (inclusive por usufruto e enfiteuse).
- 2) Arrendatário - sempre que as terras do estabelecimento tivessem sido tomadas em arrendamento, mediante o pagamento de uma quantia em dinheiro (fixo), ou sua equivalência em produtos.
- 3) Parceiro - quando as terras do estabelecimento fossem de propriedade de terceiros e estivessem sendo exploradas em regime de Parceria, mediante contrato verbal ou escrito, do qual resultasse a obrigação de pagamento ao proprietário, de um percentual da produção obtida.
- 4) Ocupante - nos casos em que a exploração se processasse em terras públicas, devolutas ou de terceiros (com ou sem consentimento do proprietário), nada pagando o Produtor pelo seu uso.

Relações de Trabalho

- 1) Mão-de-Obra Familiar - é composta pelos componentes da família do proprietário.
- 2) Assalariado Permanente e Assalariado Temporário - na categoria as salarizados foram consideradas as pessoas que trabalhavam mediante remuneração em dinheiro. Os assalariados são apresentados discriminadamente em: assalariado permanente, os que exerciam atividade de caráter efetivo ou de longa duração e assalariado temporário, os contratados para atividades eventuais ou de curta duração.
- 3) Parceiros⁴ - são consideradas as pessoas subordinadas ã administração do estabelecimento, que percebiam como remuneração, parte da

³Transcrição do Censo Agropecuário - FIBGE - 1975.

⁴Idem Nota 3.

produção obtida com seu trabalho (meia, terça, quarta, etc.).

*Utilização das Terras*⁵

- 1) Lavouras Permanentes - compreendendo terras plantadas ou em preparo para o plantio de culturas de longa duração, tais como: café, banana, laranja, cacau, uva, etc., após a colheita não necessitam de novo plantio.
- 2) Lavouras Temporárias - abrangendo as áreas plantadas ou em preparo para o plantio de culturas de curta duração (via de regra menos que um ano) e que necessitam, geralmente, ser plantadas após cada colheita, tais como: arroz, algodão, milho, trigo, flores, hortaliças, etc. Incluíram-se também nesta categoria as plantas forrageiras destinadas a corte.
- 3) Terras em descanso - terras habitualmente utilizadas para o plantio de Lavouras Temporárias, que se encontram em descanso por prazo não superior a 4 anos em relação ao último ano de sua utilização.
- 4) Pastagens Naturais - constituídas pelas áreas destinadas ao pastoreio de gado, sem terem sido formadas mediante plantio, ainda que tenham recebido algum trato.
- 5) Pastagens Plantadas - áreas destinadas ao pastoreio, formadas mediante plantio.
- 6) Matas Naturais - formadas pelas áreas de matas e florestas naturais utilizadas para extração de produtos ou conservadas como reservas florestais.
- 7) Matas Plantadas - áreas plantadas ou em preparo para o plantio de essências florestais (acácia negra, eucalipto, pinheiro, etc.).

⁵Id., *ibid.* Nota 3.

- 8) Terras produtivas não utilizadas - áreas que se prestam à formação de culturas, pastos ou matas e não estejam sendo usadas para tais fins.
- 9) Terras inaproveitáveis - formadas por áreas imprestáveis para formação de culturas, pastos e matas, tais como: areias, pântanos, en costas íngremes, pedreiras, etc., e as formadas pelas áreas ocupa das com estradas, caminhos, construções, canais de irrigação, açu des, etc.

2.

DEFINIÇÃO DOS SETORES DE PRODUÇÃO

2.1. OBSERVAÇÕES GERAIS

Predomina fortemente no município a bovinocultura, abarcando mais de 50% de sua área. O café localiza-se a noroeste, na zona alta, perfazendo uma área relativamente pequena. No geral, em relação às culturas secundárias, o predomínio é das tradicionais (milho, feijão e arroz).

2.2. OBSERVAÇÕES ESPECÍFICAS

- No caso do milho, ver item 4, pois o mesmo pode superar o feijão em termos de renda.
- Uma parte deste arroz aparece intercalado com café (se sequeiro), estando em fase de experimentação.
- A plantação de alho está predominantemente situada a noroeste de Airituba, na Fazenda São Lourenço, girando em torno de 3 mil/4 mil kg, ainda que feita em *fundo de quintal*.
- O plantio de feijão se dá em duas épocas distintas: fevereiro e setembro. O feijão de setembro é chamado de *feijão das águas*, que apresenta maior risco de perda.
- A avicultura está praticamente desativada.
- A suinocultura está localizada na Fazenda *Pouso Alto*, no extremo norte do município, limítrofe à maior área de florestas do município; na Rocinha, a sudeste do município, quase na divisa com Bom Jesus de Itabapoana; no Sossego, apresenta-se em crise.

- Existe uma experiência de plantio de sorgo sacarino na fazenda experimental do Centro Agropecuário da UFES.
- Os produtos hortifrutigrangeiros consumidos no município são comprados na CEASA (Vitória) em grande volume e sua distribuição é feita por intermediários que percorrem a região sul, fazendo com que sua produção em São José do Calçado seja inexpressiva.

QUADRO 1

SETORES DE PRODUÇÃO

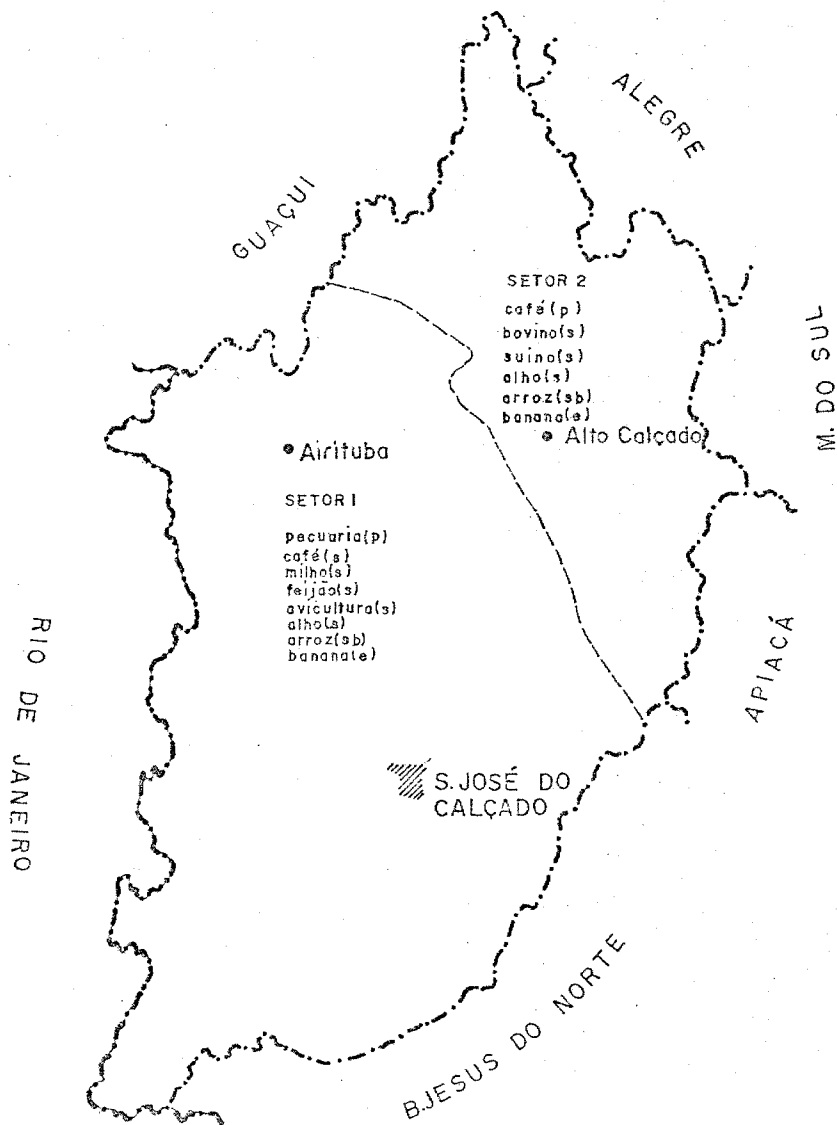
MUNICÍPIO: SÃO JOSÉ DO CALÇADO

SETOR DE PRODUÇÃO	CULTURAS			
	PRINCIPAL (IS)	SECUNDÁRIA (S)	SUBSISTÊNCIA (SB)	EMBRIONÁRIA (E)
1	Pecuária	Cafê Milho Feijão Avicultura Suinocultura Alho	Arroz	Bananicultura
2	Cafê	Milho Feijão Bovinocultura Suinocultura Alho	Arroz	Bananicultura

FONTE: Escritório Local da EMATER

MUNICÍPIO DE S. JOSÉ DO CALÇADO

Setores de Produção



CONVENÇÕES

- limite de setores
- p - principal
- s - secundária
- sb - subsistência
- e - embrionária

3,

CONDIÇÕES GERAIS DA PRODUÇÃO

3.1. CONDIÇÕES NATURAIS

Uso do solo - no geral, o mapa de uso da terra por setores censitários referentes ao percentual de participação na área do município das lavouras permanentes, temporárias, pastagens e outras (matas, áreas em descanso, terras inaproveitáveis, terras produtivas não utilizadas) não tem rebatimento com o mapa dos setores de produção, elaborado pelo técnico da EMATER.

Além disso, em função da agregação dos dados, pode-se inferir, naqueles setores censitários que mais se aproximem dos setores de produção que não há uma correspondência entre os mesmos. Se não, vejamos. Setor censitário 13: engloba grande parte do setor de produção 2, onde aparece o café e, no entanto, os dados do IBGE registram *pastagens* como dominante (exclusivo), setor censitário 11: engloba a parte oeste do setor de produção 1 (comunidade 8), onde predomina como atividade principal a pecuária e, no entanto, os dados do IBGE registram *lavoura temporária* como dominante e *outras* como subdominante.

QUADRO 2

LOCALIZAÇÃO DAS CULTURAS

MUNICÍPIO: SÃO JOSÉ DO CALÇADO

CULTURAS	TIPO DE TERRENO	ROTAÇÃO E/OU CONSORCIAÇÃO (R OU C)
1. Bovinocultura (tendência a holandês/zebu)	Maior parte, em topografia acidentada, há também nas várzeas.	- Na parte baixa, arroz (R). - Milho/feijão (R)
2. Café (<i>Arábica</i>)	Acidentado	- Milho/feijão (intercaladas)

OBS.: Já está sendo produzido o arroz *sequeiro*, plantado no morro, intercalado com café.

Em termos de precipitação pluviométrica, há uma tendência geral a uma uniformidade no município, sendo que não ocorrem grandes inundações, a ponto de comprometer a produção agrícola.

Igualmente, há uma tendência a períodos mais longos de seca na região baixa do município (correspondente ao setor de produção 1 - bovinocultura).

A fertilidade natural do solo está localizada espacialmente no núcleo central do município (correspondente ao setor bovinocultura) sendo que se destaca ainda partes do setor café (na região alta - nordeste).

A região mais alta (nordeste) está sujeita a maior incidência de erosão, por ser uma área mais limpa (lavouras de café, milho e feijão). Por outro lado, a área coberta por pastagens, conjuntamente com gramínea, dificulta a erosão.

Não existe a incidência de aração morro abaixo na região alta. Mas a plantação de culturas em terrenos altamente declivoso facilita a erosão.

QUADRO 3

CALENDÁRIO AGRÍCOLA

MUNICÍPIO: SÃO JOSÉ DO CALÇADO

CULTURAS	QUEIMADA	PREPARO DA TERRA	SÊMEADURA	TRANSPLANTE	TRATOS CULTURAIS	COLHEITA
Feijão	-	Janeiro	Fevereiro	-	Fevereiro/março	Abril/maio
Alho	-	Fevereiro/Março	Março/abril	-	Março a agosto	Agosto/setembro
Arroz	-	Agosto/setembro	Agosto/setembro	Setembro Obs: Após a semente dura	Outubro/janeiro	Março/abril
Milho	Agosto	Agosto/setembro	Outubro/setembro	-	Outubro/novembro	Fevereiro/março
Cafê	(1)	Agosto/outubro	Junho/maio/julho (2)	Setembro/março	Setembro/março (Capina, adubação) Obs: Mês em que há maior conc. m.d.o.	Clima quente: abril/ maio Clima frio: maio/ agosto (3)
Feijão	(4)	Agosto/setembro	Setembro (5)	-	Setembro/outubro	Nov./dez./janeiro
Boyino	-	Setembro/janeiro	Set./out. (até março)	-	Fevereiro/março (roçada)	-

(1) São no caso de derrubada de mata

(2) O plantio é feito através de mudas

(3) A maior concentração de colheita se dá em julho

(4) Existe em menor incidência (agosto)

(5) Com maior risco de perda

Fonte: Escritório Local da EMATER (dezembro/81).

QUADRO 4

CONDIÇÕES TÉCNICAS DE PRODUÇÃO

MUNICÍPIO: SÃO JOSÉ DO CALÇADO

CULTURA	QUEIMADA	PREPARO DA TERRA	SEMEADURA		TRATOS CULTURAIS				COLHEITA
			TIPO	MEC.	CAPINA	PRAGAS	IRRIGAÇÃO	ADUBAÇÃO	
Feijão	-	Na área de café, não há mecanização. Na área de bovinocultura, há mecanização.	Não há sementes selecionadas suficientes, sendo raro o seu uso.	-	Manual	Esporádico	-	Em torno de 60% das plantações	Manual
Alho	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Arroz	-	Mecanizada (Baixada) desde que as condições do solo a permitam.	Não	-	Manual	-	Não é frequente	-	Manual
Milho	-	Mecanizada, manual e trator.	Hã (Agroceres e Cargil)	-	Manual	-	-	Em torno de 40/50% das plantações.	Manual

Fonte: Escritório Local da EMATER - Dezembro/81.

QUADRO 5
 CONDIÇÕES TÉCNICAS DE PRODUÇÃO
 MUNICÍPIO: SÃO JOSÉ DO CALÇADO

CULTURA	QUEIMADA	PREPARO DA TERRA	SEMEADURA		TRATOS CULTURAIS				COLHEITA
			TIPO	MEC.	CAPINA	PRAGAS	IRRIGAÇÃO	ADUBAÇÃO	
Café	Quando ocorre der rubada	Manual	Não	-	-	Sim	-	Sim	Manual
Feijão	Obs: Veja feijão de fevereiro.	Manual	Não	-	-	Sim	-	Não	Manual
Bovino	-	-	Sim	Manual	Manual	Esporádico	-	-	-

Fonte: Escritório Local da EMATER - Dezembro/81.

3.2. CONDIÇÕES CRIADAS

- a) Estradas vicinais - o Quadro 6 (em anexo) *Cadastro das Estradas Vicinais*, parece confirmar os setores de produção anteriormente defini dos, na medida em que mostra os principais produtos escoados (leite/ café - milho, arroz, feijão), quer diariamente, ou nos períodos de safra. Para maiores informações, vide o próximo quadro.
- b) Telefonia rural - segundo informações da TELEST (dezembro/81), não há ainda no município telefonia rural.

CADASTRO DAS ESTRADAS VICINAIS (MUNICIPAIS)

MUNICÍPIO: SÃO JOSÉ DO CALÇADO

NOME E NÚMERO DE ESTRADA	SITUAÇÃO ATUAL E PRINCIPAIS PROBLEMAS (BUEIROS, PONTES, ATOLEIROS)	QUE TIPO DE PRODUÇÃO É POR ELA ESCOADA		QUAL DOS TIPOS É O PRINCIPAL	
		DIARIAMENTE	SAFRA	DIARIAMENTE	SAFRA
01. Estrada de Alto Calçado	As Estradas apresentam ótima conservação, porém em épocas de chuva ficam ruins.	Leite	Café	Leite	Café
02. Estrada do Patrimônio do Divino		Milho			
03. Estrada Boa Esperança		Arroz			
04. Estrada de Bonsucesso		Feijão			
05. Estrada Fazenda do Areal					
06. Estrada da Catadupa					
07. Estrada da Muribeca					
08. Estrada da Alegoria					
09. Estrada Barra de Calçado					
10. Estrada Beira Rio					
11. Estrada do Jaspe					
12. Estrada do Bandeira					
13. Estrada Ernesto Raposo					
14. Estrada Alegre					
15. Estrada José Ferraz					
16. Estrada do Pouso Alto					

Fonte: Prefeitura Municipal de São José do Calçado (Dezembro/81).

4.

ESTRUTURA AGRÁRIA

4.1. ESTRUTURA FUNDIÁRIA

O critério de estratificação fundiária da EMATER está expresso no quadro abaixo:

PEQUENAS PROPRIE- DADES	MÉDIAS PRO PRIEIDADES	GRANDES PRO PRIEIDADES
0 - 100ha	100 - 500ha	+ 500ha

Segundo o técnico consultado, existem 60% de pequenas propriedades, 39% de médias e 1% de grandes propriedades, conforme Quadro 7.

No município, a *condição do produtor* é predominantemente a de proprietário individual, sendo que mais raramente ocorre o fenômeno do arrendamento e de ocupações antigas da terra na bovinocultura.

Confrontando a estratificação proposta pela EMATER com a elaborada pelo IJSN, pode-se tecer as seguintes considerações, observando-se que face aos critérios utilizados por este último (0-10/10-20/20-50/50-100/100-150/+ de 150ha), será impossível estabelecer uma checagem, no sentido da localização precisa (em termos de número e de área) das propriedades maiores que 500ha. Por outro lado, não sabemos se a mensuração percentual do técnico refere-se ao número de propriedades ou à sua área:

- a) O número de estabelecimentos com até 100ha significa 82,35% do total de estabelecimentos, ainda que em termos de área significa somente 41,72% da área total. De outro lado, os estabelecimentos com mais de 150ha ocupam 41,34% da área. Dos 82,35% estabelecimentos com até 100ha, 31,29% estão concentrados no intervalo 20-50ha;

b) No setor de produção café, em termos de número de estabelecimentos concentram-se os de 20-50ha (setor censitário 7 e 14), se bem que no extremo nordeste do município (setor censitário 13) predominam os estabelecimentos de 0-10ha. Por sua vez, em termos de área, o setor é totalmente dominado por propriedades de + 150ha.

Isto nos mostra claramente que as propriedades de 0-100ha convivem com as de + 100ha, sendo que no setor (café) a correspondência de área das primeiras não suplanta a das últimas.

c) No setor de produção bovinocultura, predominam os estabelecimentos de 20-50ha (parte setor censitário 14, setor censitário 6, parte do setor censitário 7, setor censitário 8), assim como os de 50-100ha (setor censitário 9/11). Poderíamos afirmar que há uma predominância de estabelecimentos de 20-100ha. Em termos de área, predomina na totalidade do setor os estabelecimentos com + 150ha, destacando-se apenas o setor 6 com uma dominância de 100-150ha;

d) É importante observar que os dados acima não devem ser exclusivos, tendo em vista a profunda articulação café-pecuária (e vice-versa), no interior dos setores de produção. Para uma análise mais precisa há a necessidade de uma pesquisa detalhada na região.

Passando agora a tomar os dados censitários do IBGE (1980), analisar-se-á o produtor, quesito 04 *Condição do Produtor* e o Proprietário das Terras, quesito 15 *Condição do Proprietário*, de acordo com o Quadro 7, para inferir:

a) Do total de estabelecimentos do município (que são em número de 425)392 (92%) têm como *condição do proprietário*, o proprietário individual. Isto mostra, claramente que a passagem do conceito de estabelecimento para o de propriedade não oferece problema;

- b) Que a *condição do produtor* - arrendatário, predomina nos setores censitários que compõem o setor de produção bovinocultura;
- c) Sobre a *condição do produtor* - parceiro, necessitaríamos de informações complementares;
- d) Sobre o total de ocupantes que consta no quadro, só se tem informação da existência de 1 (um) caso no setor censitário 7, na atividade de fruticultura.

QUADRO 7

DEMONSTRATIVO DAS CULTURAS POR ESTRATO DE ÁREA, SEGUNDO A CONDIÇÃO DE PRODUTOR E RELAÇÕES DE TRABALHO*

MUNICÍPIO: SÃO JOSÉ DO CALÇADO

ESTRATO (em ha)	0 - 100 (60%)		100 - 500 (39%)		+ 500 (1%)	
CULTURAS	CONDIÇÃO DO PRODUTOR	RELAÇÕES DE TRABALHO	CONDIÇÃO DO PRODUTOR	RELAÇÕES DE TRABALHO	CONDIÇÃO DO PRODUTOR	RELAÇÕES DE TRABALHO
1. Bovinocultura	-	01 assalariado permanente para propriedade	-	Assalariado permanente (mínimo, ass. tempo. maioria)	-	Ass. permanente (mínimo, ass. temporário maioria)
2. Café	-	Parceria	-	Empreitada (só no plantio)	-	Empreitada (só no plantio)
3. Milho	-	Parceria	-	Parceria	-	Parceria
4. Feijão	-	Parceria	-	Parceria	-	Parceria
5. Arroz	-	Parceria	-	Parceria	-	Parceria

Fonte: Escritório Local da EMATER (Dezembro/81).

4.2. RELAÇÕES DE TRABALHO

4.2.1. Nos setores de produção abaixo, predominam as seguintes relações:

a) Bovinocultura

- Mão-de-obra familiar¹;
- Mão-de-obra familiar combinada com assalariamento permanente; e
- (Nos casos em que o ciclo da cultura exige) mão-de-obra familiar + assalariamento permanente + assalariamento temporário.

Do ponto de vista técnico, segundo depoimento do técnico da EMATER, a relação homem/bois na pecuária de leite é de 1 *campeiro* e 1 aju dante para 50 cabeças; na pecuária de corte, idem para 5-100/200-300 cabeças.

b) Café

- Mão-de-obra familiar;
- Mão-de-obra familiar combinada com a parceria;
- Parceria;
- Mão-de-obra familiar + parceria + assalariamento temporário²
- Parceria + assalariamento temporário
- Parceria e/ou trabalhador volante³

Percorrendo algumas fases do calendário agrícola do café, pode-se chegar as seguintes especificidades:

¹o sentido do termo utilizado deve ser tomado como sendo o chefe da família e 1 ou 2 filhos.

²o sentido do termo *assalariamento temporário* deve ser tomado como sendo a fração da força de trabalho que é solicitada somente em momentos específicos do calendário agrícola.

³o sentido do termo *trabalhador volante* deve ser tomado como sendo a fração da força de trabalho que cotidianamente faz o movimento pendular campo-cidade.

- b.1) No caso do plantio e tratos culturais, existe o fenômeno da empregada em que um trabalhador que detém meio de transporte como possibilidade de contato com produtores da região, organiza grupos de assalariados temporários para executar a tarefa pré-combinada com o proprietário.
- b.2) Nos outros momentos, em especial na época da colheita, comumente é o proprietário quem se desloca até a sede do município ou áreas circunvizinhas para disputar o mercado latente de força de trabalho.
- b.3) No caso do café, vale a pena ressaltar a existência de relações de trabalho combinadas, como é o caso de parceria (na produção consorciada de milho e feijão). Para o café, a parceria se dá a meia. Para o milho e feijão, a terça. Conjunturalmente, há uma tendência a recair a carga do preço dos insumos sobre os parceiros, traduzida no percentual de 40% de sua participação na produção final (do café).
- b.4) A disputa (intermunicipal e interproprietários) da mão-de-obra para a colheita do café, faz com que ocorra variação no preço da mesma. Diante disso, pode-se detectar que vigoram as seguintes táticas:
- 1) Alguns dos proprietários pagam o domingo (não trabalhado) a fim de garantir a regularidade do trabalhador assalariado em sua atividade;
 - 2) Uma única propriedade, localizada nas cercanias do distrito de Ponto Alto, procurou reter os trabalhadores assalariados através da construção de 25 casas na própria propriedade;
 - 3) Agrovila (vide Programa da Secretaria de Agricultura) situada no setor censitário 10. É bom frisar que houveram problemas para a escolha locacional de tal agrovila.

Um estudo sobre tais táticas deverá levar em consideração a atividade cana-de-açúcar (em especial a do norte fluminense), na medida em que pode haver uma combinação em tempos diferentes da fração vagueante da força de trabalho.

É importante ainda observar que no caso do café existe um claro esboço de reorganização do mercado de trabalho, embora não seja clara a tendência a ser seguida. Parece que o fenômeno do assalariamento temporário constitui ainda uma espécie de bloqueio à passagem para a exploração plena do trabalho pelo capital. Então, pergunta-se: o que concretamente impede o capital de utilizar amplamente a força de trabalho no processo produtivo?

Como observação final neste item, alertamos o leitor para a riqueza das combinações e possíveis articulações inter-setoriais. Na medida em que o processo produtivo traz em si profunda complexidade, esta será manifestada nas relações de trabalho consequentes.

4.2.2. Além da observação final do item anterior, cabe destacar uma aparente inconvergência na relação das características de força de trabalho dos setores de produção anteriormente descritos com as expressas nos dados do IBGE (1978), como por exemplo, o setor censitário 8, que compõe o setor da produção bovinocultura, tem como dominância provável o binômio da mão-de-obra familiar/parceria, que parece ser mais característico, no setor de produção café. Entretanto, há que se levar em conta, dentre outras coisas, os índices de absorção de mão-de-obra entre os dois setores de produção considerados. Isto sem *quebrar* a possível incongruência aludida acima.

Estes mesmos dados do IBGE respaldam, uma inferência de que a dominância provável nos setores censitários 13/14 (região alta do café) seria a de assalariamento permanente. Entretanto, nossa pesquisa *in loco* não demonstra tal fenômeno, assim como os dados do IBGE expressam uma dominância de estabelecimentos de 0-10ha para o setor censitário 13. Isto vem corroborar ainda mais nossas dúvidas.

4.3. ESTRUTURA AGRÁRIA POR CULTURA

4.3.1. BOVINOCULTURA

No geral, neste setor de produção, predomina a propriedade individual como *condição do produtor*. Existem, porém, casos significativos de arrendamento nos estabelecimentos de 0 a 100ha¹. Não pudemos ter, a partir da pesquisa *in loco*, uma melhor qualificação, no sentido de determinarmos com precisão os objetivos últimos de tal fenômeno: se surge como uma expressão da difusão de áreas de pastagens incorporadas a tradicionais estabelecimentos bovinocultores, ou como uma expressão da lógica do capital-dinheiro, na sua dinâmica de reprodução em escala ampliada, supondo-se que estes novos pecuaristas tenham penetrado recentemente no setor.

O assalariamento permanente constitui o fenômeno principal para o conjunto dos estabelecimentos, sendo que os de 0-100ha possuem em média 1 assalariado e os de + 100ha um mínimo de assalariados permanentes, com a maioria de assalariados temporários para o plantio de novas pastagens e tratos culturais. É importante observar que a utilização de mão-de-obra em forma de parceria nas propriedades de 0-100ha é comum no sentido de remanejá-la do café para a pastagem e vice-versa.

Observa-se que a bovinocultura não deve ser analisada unicamente a partir da ótica de maior ou menor área de pastagens, pois a produção leiteira a partir do confinamento do gado já se faz presente. A tendência é que esta forma de produção se alastre, relativizando completamente a área de pastagens do estabelecimento. Inclusive, os financiamentos (para investimento e custeio) já tendem a levar mais em consideração o tamanho

¹Entende-se por arrendamento, o *aluguel* de uma determinada área de pastagens, mediante contrato definido previamente. Já no caso do aluguel propriamente dito, trata-se simplesmente da utilização de pastagens em que o pagamento será efetuado de acordo com o número de cabeças que passam a utilizá-las. Os prazos também se diferenciam: arrendamento, 1, 2, 3 anos; aluguel, 60/90 dias.

do produtor (micro-pequeno-médio e grande) que a sua área em pastos.

4.3.2. CAFÉ

No estrato 0-100ha o proprietário se utiliza mais da parceria por não ter condições de bancar o assalariamento temporário (falta de capital).

O fenômeno mais abrangente é o do assalariamento temporário (nos estabelecimentos de + 100ha), com duas qualificações distintas:

- a) Utilizando-o no dia-a-dia (movimento de ida e vinda - campo/cidade);
- b) Utilizado fundamentalmente nos momentos de pico de colheita (fenômeno de *empreitada*, descrito anteriormente).

Complementando a informação anterior, na medida em que haja uma variação no calendário agrícola em relação à época da colheita, há uma forte possibilidade de tanto a mão-de-obra familiar quanto os parceiros serem *liberados* e se assalariarem em outros estabelecimentos maiores.

Em virtude dos objetivos próprios a qual deve atender este relatório, torna-se pertinente fazer uma observação final: os estabelecimentos de até 100ha combinam pecuária-café (como uma possível estratégia de sobrevida), valendo-se fundamentalmente do assalariado permanente para a pecuária. Também ocorre o caso em que a atividade do café fica sob a *responsabilidade* do parceiro, ficando o proprietário com a bovinocultura.

QUADRO 8

POPULAÇÃO OCUPADA E RELAÇÕES DE TRABALHO PROVÁVEIS SEGUNDO SETORES CENSITÁRIOS

MUNICÍPIO: SÃO JOSÉ DO CALÇADO

SETOR CENSITÁRIO	POPULAÇÃO OCUPADA	DOMINÂNCIA PROVÁVEL
6	340	MOF-PA
7	634	MOF-PA
8	621	MOF-PA
9	502	MOF
11	239	AP-AT
13	747	AP-AT
14	491	AP-AT

Fonte: Dados Preliminares do Censo Agroecuatoriano. 1980.

População Total Ocupada = 3.574

Mão-de-obra Familiar (MOF) = 1.257 (35,1%)

Assalariados Permanentes (AP) = 819 (22,9%)

Assalariados Temporários (AT) = 912 (25,5%)

Parceiros (PA) = 567 (15,8%)

Outros = 18 (0,5%)

5.

COMERCIALIZAÇÃO

5.1. BOVINOCULTURA

Toda a produção de bovinocultura leiteira é consumida pela CAVIL (Cooperativa Agrícola Vale do Itabapoana Ltda), situada em Bom Jesus do Itabapoana (Rio de Janeiro). O grande problema encontrado neste processo de comercialização via CAVIL, é o fato de a Cooperativa estipular uma cota de produção para cada produtor. Isto significa que a Cooperativa assumirá a produção a um preço previamente contratado até um determinado teto. Caso o produtor ultrapasse este teto previamente definido, a Cooperativa pagará pelo restante da produção um preço definido aleatoriamente, muitas vezes abaixo do preço do mercado. Como esta cota é definida na época das secas (época de menor volume de produção), traz uma grande insegurança para os produtores, pois normalmente têm o preço de sua produção leiteira reduzido a patamares bem inferiores na época das águas.

Como a bovinocultura da região é fundamentalmente voltada para a produção leiteira, a comercialização do gado de corte obedece às variações aleatórias de necessidade de o produtor renovar seu rebanho ou de acidentes que porventura possam ocorrer com suas rezes. Devido a estes fatores ocasionais, a produção para corte é normalmente comercializada por vários intermediários, não se denotando entre eles nenhum grau de organização na sua atividade comercial, assim como a existência de monopólio - ou tendência a - ou de uma cadeia de comercialização nitidamente definida. O gado de corte é vendido normalmente em Campos (Rio de Janeiro) e no Rio de Janeiro (RJ).

5.2. CAFÉ

Cerca de 80% da produção de café é comprada pela firma *Pimentel Comércio de Café*, que a beneficia e a revende em Vitória e no Rio. Esta produ

ção é também comercializada por Jeová (Alegre) e Parizzi (Guaçuí) que a compram diretamente dos produtores.

É importante observar que o Pimentel, além de ser grande comerciante na região, é também proprietário de 500ha de terras, explorando gado e café.

5.3. MILHO/ARROZ

Toda a produção excedente é intermediada por José Vieira de Rezende, sendo que o milho é revendido para a DUMILHO.

A barreira mais importante para a comercialização do café/milho/arroz é a *inexistência de armazéns na região*.

5.4. FEIJÃO

Sua comercialização é feita de forma pulverizada, sendo que o excedente é praticamente consumido em Bom Jesus do Itabapoana e em Guaçuí.

6. INTERVENÇÃO DO ESTADO NA PRODUÇÃO E NA COMERCIALIZAÇÃO

Além da EMATER, há no município firmas particulares que elaboram projetos, com maior flexibilidade que a primeira, nem sempre obedecendo ao zoneamento agrícola oficial.

Para o arrendatário, o crédito é liberado mediante registro do documento (comprovante do contrato de arrendamento) em cartório. No caso do parceiro, depende de uma carta de anuência do proprietário.

Foi procurado crédito para a olericultura, entretanto, o município não está zoneado para tal cultura. O mesmo aconteceu com a bananicultura, podendo ser considerada uma cultura embrionária no município. Foi realizado o financiamento à avicultura, através do Banco do Brasil, sem que o município seja zoneado.

Segundo depoimento do técnico da EMATER, não existe um alto índice de endividamento dos produtores da região junto a estabelecimentos bancários, a não ser casos isolados. Igualmente não se conhece casos de perda de terra como resultado de intervenção.

No geral, a política de preços mínimos não tem funcionado na região. A causa deste não funcionamento deve-se ao fato de, normalmente, o preço mínimo estar bem abaixo do preço do mercado, desestimulando o produtor. A falta de possibilidades concretas de armazenagem faz com que agrave ainda mais o problema.

Finalmente, seria importante ainda observar (como nos mostra o quadro 9) que não existe nenhum tipo de financiamento à comercialização no município, nem mesmo em relação ao café.

DISPONIBILIDADE DE FINANCIAMENTO PARA A PRODUÇÃO (E COMERCIALIZAÇÃO) POR CULTURA, A NÍVEL DE ESTABELECIMENTO AGROPECUÁRIO

a) Em relação a fontes de financiamento;

b) Em relação a linhas de financiamento

CULTURAS	FONTES DO CRÉDITO AGRÍCOLA		LINHAS DE FINANCIAMENTO CRÉDITO AGRÍCOLA				
	FORMAL (BANCOS)	INFORMAL (INTERMEDIÁ- RIOS/INDÚSTRIA)	POL. CRÉDITO AGRÍCOLA			POL. PREÇOS MÍNIMOS	
			INVESTIMENTO	CUSTEIO	COMERC.	EGF (EMPRÉSTIMOS DO GOVERNO FEDERAL)	AGF (AQUISIÇÃO DO GO- VERNO FEDERAL)
01. Bovinocultura	X	-	-	X	-	-	-
02. Café	X	*	-	X	-	-	**
03. Milho	X	-	-	X***	-	-	-
04. Feijão	X	-	-	X	-	-	-
05. Arroz	X	-	-	X	-	-	-
06. Alho	-	-	-	-	-	-	-

*Acontece, em menor expressão. De 1979 para cá, este tipo de financiamento encontra-se paralizado. Normalmente é feito financiamento para colheita.

**Não existem armazéns na região.

***O montante de financiamento para o custeio do milho é bem maior ao relativo ao arroz/feijão.

Fonte: Escritório Local da EMATER, Dezembro/81.

7.

POPULAÇÃO E SITUAÇÃO SOCIAL

7.1. SINDICATOS

Existem 2 sindicatos no município: o patronal e o dos trabalhadores rurais. Segundo dados do INCRA (1978), o sindicato patronal possui 150 associados, enquanto o dos trabalhadores 2.709 associados. De acordo com informações do técnico da EMATER, não é confiável o número de associados do sindicato dos trabalhadores, tendo em vista a falta de controle existente (associados falecidos, transferidos, migrantes, etc.)

As entidades sindicais têm uma atuação fundamentalmente assistencialista (médico-odontológico-jurídico), sendo que ao nível da composição social há que destacar o fato de comumente trabalhadores rurais estarem associados na entidade patronal¹. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais não tem nenhuma ação reivindicativa propriamente dita.

7.2. COOPERATIVAS

Não existem no município. Segundo informações colhidas, não há perspectivas a curto prazo de serem criadas.

7.3. PAPEL DA IGREJA E OUTRAS LIDERANÇAS LOCAIS

A Igreja Católica tem uma forte penetração na zona rural através das suas comunidades de base. Mesmo assim, há ainda dificuldades em se

¹Normalmente os proprietários procuram associar seus parceiros no seu próprio sindicato (patronal).

var um trabalho conjunto com os técnicos da EMATER. Apesar desta restrição, há a ligação desta última com grupos de jovens católicos (na sede do município) e a perspectiva de implantação de *hortas comunitárias*.

Em relação a outras lideranças, prevalecem as tradicionais (vereadores, líderes sindicais, etc), sem maior destaque significativo.

7.4. RECLAMOS SOCIAIS

Existem mais vindos dos parceiros, em razão de os proprietários investirem menos com os mesmos. Estes reclamos normalmente relacionam-se diretamente ao não cumprimento, por parte dos proprietários, das obrigações assumidas com os parceiros (cota da produção, investimento em adubo, etc).

7.5. POPULAÇÃO

Os dados censitários do IBGE nos mostram que no período 1970/1980 apenas 2 setores (censitários) atraíram população: 6 e 13. O setor 13 situado a extremo nordeste do município, atraiu população ($0,40 < NC < 0,70$)¹ em função do município. É possível que tal fenômeno também tenha acontecido no setor 14 (extremo norte), embora os dados expressem justamente o contrário². De forma semelhante, podemos deduzir que a parte norte do setor censitário 7 tenha atraído população (ou estabilizado a existente) em razão da argumentação anterior. Os dados do IBGE mostram uma área de expulsão ($1,1 < NC < 2,0$) e muita expulsão ($2,0 < NC$), compreendida entre os setores censitários 8, 9 e 11. Este fenômeno é ex

¹Nível de Crescimento maior e menor que.

²Chegamos a esta dedução em função da agregação dos dados (vide subitem 2.1, p. 8.).

plicado pela expansão da atividade pecuária na região baixa. O setor censitário 6 (região central do município, polarizado pela sede) atraiu população no período considerado, provavelmente em função de fluxos migratórios intermunicipais. Nenhum fato econômico de vulto justifica o ocorrido.

Finalmente, chamamos a atenção para o fato de que os dados do IBGE no período não nos dão um *flash* do que está ocorrendo, de fato, hoje no município¹. Esta visão só será possível através de pesquisa.

¹Segundo impressões do técnico da EMATER.

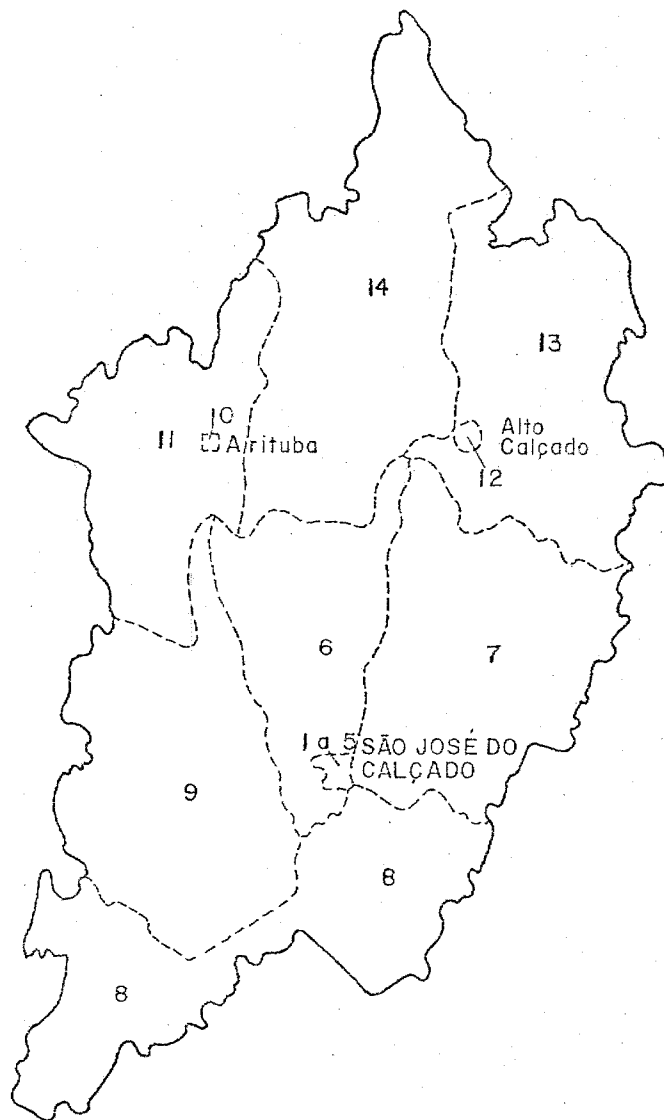
8.

SETORES CENSITÁRIOS

LOCALIZAÇÃO DOS SETORES CENSITÁRIOS

A localização geográfica dos Setores Censitários será apresentada no ma pa, na página a seguir, onde visualizar-se-á melhor certos aspectos an terteriormente citados e que tiveram como referencial esses setores, que são definidos pelo FIBGE.

SÃO JOSÉ DO CALÇADO



setores censitarios

